

# AS ORIGENS DA REVOLUÇÃO COREANA: CIRCUNSTÂNCIAS LOCAIS E LEGADOS HISTÓRICOS

## THE ORIGINS OF THE KOREAN REVOLUTION: LOCAL CIRCUMSTANCES AND HISTORICAL LEGACIES

Luana Margarete Geiger<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente artigo tem como objeto de estudo as origens da Revolução Coreana (1950-1953) e analisa os antecedentes históricos da constituição dos dois Estados coreanos. Muito antes da divisão artificial da península, a nação coreana encontrava a sua razão de ser na luta anticolonialista e anti-japonesa. A partir dos esforços pela libertação nacional, os ideários do nacionalismo e do comunismo adentraram a Coreia e passaram a servir como base para os movimentos de resistência ao imperialismo japonês. Após o fim da Segunda Guerra Mundial e a queda do Império do Japão, a península coreana foi quase imediatamente inserida na lógica da Guerra Fria e artificialmente dividida e ocupada pelas duas superpotências da ordem bipolar. Após a ocupação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) ao norte e dos Estados Unidos da América (EUA) ao sul, os diferentes modelos de Estado que foram implantados desencadearam a Guerra da Coreia. A partir da revisão bibliográfica pertinente ao tema e da análise histórica da península coreana, conclui-se que a Revolução Coreana representou um conflito entre dois sistemas econômicos e sociais conflitantes, cujas origens não são restritas ao norte da península e constituem um fenômeno nacional, marcado pela busca por autonomia. A divisão oficial da península entre a República da Coreia (RDC) e a República Popular Democrática da Coreia (RPDC) mascara a existência de uma identidade nacional anterior.

### PALAVRAS-CHAVE:

Revolução Coreana. Coreia do Norte. Coreia do Sul. Guerra da Coreia.

### ABSTRACT

The present article aims to study the origins of the Korean Revolution (1950-1953) and analyzes the historical background of the establishment of the two Korean States. Long before the artificial division of the peninsula, the Korean nation found its identity on the anti-colonialist and anti-Japanese struggle. Through the efforts for national liberation, nationalist and communist ideologies entered Korea and began to function as basis for the resistance movements against Japanese imperialism. Following the end of the Second World War and the fall of the Japanese Empire, the Korean peninsula was almost immediately inserted into the Cold War logic and was artificially divided and occupied by the two superpowers of the bipolar order. After the Soviet occupation in the North and the U.S. occupation in

---

1 Mestre em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bacharel em Relações Internacionais pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-Sul). E-mail: luanageiger0@gmail.com

the South, the two different State models that were implemented triggered the Korean War. By reviewing the relevant literature on the theme and through the historical analysis of the Korean peninsula, it is concluded that the Korean Revolution represented a conflict between two conflicting economic and social systems, whose origins are not restricted to the North of the peninsula and represent a national phenomenon defined by the search for autonomy. The official division of the peninsula between the Republic of Korea (ROK) and the *Democratic People's Republic of Korea (DPRK)* masks the existence of an earlier national identity.

**KEYWORDS:**

Korean Revolution. North Korea. South Korea. Korean War.

## **1 Introdução**

A Revolução Coreana (1950-1953) apresenta origens profundamente enraizadas na história nacional da península, que remonta à dinastia Choson (1392 – 1910), a mais longa e marcante da história da Coreia. Embora o *ethos* da Revolução Coreana envolvesse a península como um todo, representando um fenômeno nacional, a divisão da Coreia fez com que o ideal revolucionário ficasse restrito à Coreia do Norte, que preservou os seus preceitos básicos. O impasse resultante do conflito marca a separação definitiva das duas Coreias, definindo os seus padrões de interação e influenciando em grande medida os seus comportamentos externos desde então.

A partir da análise histórica da península coreana o presente artigo objetiva compreender as origens da Revolução Coreana, estudando os antecedentes que formaram a mentalidade ancestral da nação, bem como as motivações internas que culminaram na revolução. Considerando a carência de informações e de análises aprofundadas sobre a Revolução Coreana, pretende-se contribuir com estudos subsequentes acerca do tema. A vertente de pesquisa definida para a estruturação da análise foi a qualitativa, de tipo exploratória, tendo como método de pesquisa a revisão bibliográfica pertinente ao tema.

A anexação da Coreia pelo Japão em 1910 encerrou o período de autonomia da península, durante o qual suas instituições e seu modo de vida eram fundamentados na influência e na proteção recebidas da China (VISENTINI; PEREIRA; MELCHIONNA, 2015). As ações coloniais japonesas foram consideradas ilegítimas e humilhantes, além de inibirem a soberania, a independência e a dignidade nacionais da Coreia (CUMINGS, 2005). Apesar de ter logrado progresso considerável em diversos âmbitos, as políticas japonesas beneficiaram majoritariamente o Império Japonês, em detrimento da nação coreana (LEW, 2000). A luta anticolonialista que emerge neste período, portanto, estabelece as bases políticas e sociais que guiaram a Coreia pós-1945 e culminaram na Revolução Coreana.

A análise aqui proposta é dividida em quatro seções e terá como ponto de partida o estudo dos antecedentes históricos da península, cobrindo o período

entre o século XI a.C. até o início do século XX. A segunda seção analisa o colonialismo japonês (1910-1945) e os seus impactos sobre a península, de forma a compreender as origens da luta pela autonomia e pela libertação nacional. A terceira seção, por sua vez, trata da divisão da península e da formação das duas Coreias, visando expor os elementos que constituíram os sistemas conflitantes. Por fim, a quarta e última seção realiza uma breve análise da Guerra da Coreia, visando esclarecer as motivações por trás do estopim do conflito e seus principais desdobramentos.

## 2 Os antecedentes coreanos

A compreensão do cerne da Revolução Coreana, sua natureza e seu significado enquanto movimento de libertação nacional, requer o estudo de períodos anteriores à década de 1950 e pressupõe a observação dos antecedentes da Coreia enquanto nação: sua formação, diferentes períodos de dominação, fases da construção nacional, bem como motivações internas e externas. A primeira seção deste artigo apresenta as origens coreanas através de um breve delineamento histórico da península, até a sua submissão ao imperialismo japonês.

A longa história da Coreia pode ser dividida em vários períodos distintos e Nahm (1993) caracteriza o primeiro como sendo o período anterior ao surgimento dos três grandes reinos. Descobertas antropológicas apontam que as primeiras entidades políticas da Coreia, Cidades-Estados amuralhadas, desenvolveram-se durante a Era do Bronze, por volta do século XI a.C. (LEW, 2000, p. 6).

O segundo momento, descrito por Nahm (1993), abrange a formação dos três reinos (57 a.C. – 936 d.C.) além da unificação da Coreia sob a dinastia Silla. Após um breve período de dominação chinesa (dinastia Han), formaram-se os três grandes reinos de Koguryo (norte), Paekche (sudoeste) e Silla (sudeste). Já neste período o confucionismo passa a ser disseminado na Coreia, a partir da China (EDWARDS, 2010). No ano de 668 d.C. os reinos Koguryo e Paekche são derrotados pelo reino Silla – graças a uma aliança deste com a dinastia Tang (da China). Apesar de desenvolver uma próspera e avançada civilização, de alto nível técnico para a época, a desintegração do reino Silla teve início no século IX (VISENTINI; PEREIRA; MELCHIONNA, 2015, p. 29).

O terceiro período traçado por Nahm (1993) é o da dinastia Koguryo (918 – 1392), que reunificou a península. Segundo Nahm (1996<sup>2</sup> *apud* VISENTINI; PEREIRA; MELCHIONNA, 2015, p.29), é nesse período que começaram a se formar muitas das instituições sociais, econômicas e políticas que sobreviveram até o início do século XX, colaborando para o imperialismo japonês – e que mais

---

2 NAHM, Andrew C. **Korea**: tradition & transformation: a history of the Korean people. New Jersey: Hollym International, 1996.

tarde seriam alvo central das críticas dos marxistas que chegam ao poder no norte da península. Dessa forma, o desenvolvimento da dinastia Koguryo explica a origem das condições sociais que permitiram uma revolução socialista no norte da península coreana. Como lembra Cumings (2005), o reino Koguryo em seu auge foi considerado uma das mais avançadas civilizações do mundo.

A elite do reino Koguryo forjou uma tradição de continuidade aristocrática que Cumings (2005) denomina aristocracia *yangban*, ou aristocracia agrária e que se manteve hegemônica no Norte, em grande parte, até a reforma agrária promovida pelos socialistas no século XX. Essa estrutura sociopolítica, que fundia aristocracia agrária e burocracia confucionista, concentrava praticamente todo o poder político e econômico nas mãos dos *yangban* às custas da exploração camponesa (VISENTINI; PEREIRA; MELCHIONNA, 2015, p. 29).

O quarto período descrito por Nahm (1993) foi marcado pela dinastia Choson (1392 – 1910), a mais longa e marcante da história da Coreia. Como aponta Cumings (2005), a dinastia Choson promoveu reformas que vieram através do neoconfucionismo e aprofundaram-se ao longo de dois séculos. A cultura e a tradição coreana que conhecemos atualmente resulta destas reorganizações sociais que solidificaram uma sociedade neoconfucionista, patriarcal e hierárquica, a partir das concepções de reverência paterna e o respeito formal aos mais velhos e ao rei. A dinastia Choson existiu em meio à ordem mundial chinesa, inserido no sistema tributário chinês e representando, de muitas maneiras, sua principal aliada.

O século XV, segundo Cumings (2005), marcou o apogeu pré-moderno da Coreia. Enquanto uma nação e uma cultura, a Coreia encontrava-se muito à frente da Europa – que ainda não havia descoberto o Novo Mundo. No entanto, uma combinação de revoltas no início do século XVI, invasões japonesas ao final do mesmo século e invasões Manchus no século XVII, debilitaram severamente a dinastia Choson, que não voltou a alcançar os altos níveis anteriores. A dinastia Choson enfrentou rápido declínio e a Coreia, que já mantinha comportamento isolacionista como forma de proteção, fechou-se definitivamente.

A Coreia manteve a sua política de isolamento e as suas fronteiras fechadas até 1876 (LEW, 2000, p.18), quando o Império Japonês impõe o Tratado de Kanghwa, obrigando a Coreia a estabelecer relações diplomáticas e comerciais com o Japão (DUDDEN, 2005), de forma a favorecer as atividades econômicas japonesas, além de buscar enfraquecer os laços existentes entre a Coreia e a China (EDWARDS, 2010). Segundo Cumings (2005), este ponto marca o início da Coreia moderna, em que os seus líderes não podiam mais moldar os eventos conforme a sua vontade e, pela primeira vez na sua história, a Coreia passa a ser conduzida a partir de forças externas. O autor ressalta que o sistema anterior, sino-coreano, pressupunha uma hierarquia inconsciente e independência real,

se não de equidade. O sistema imposto pelo Japão, no entanto, era que equidade fictícia e subordinação real.

Ao longo das décadas seguintes, ressalta Lew (2000), o precário balanço de poder na península coreana foi interrompido pela eclosão de revoltas populares afiliadas ao movimento Tonghak<sup>3</sup>. As revoltas providenciaram ao Japão a oportunidade de aprofundar a sua presença na Coreia e, sob o pretexto de preservar a ordem na península, o governo japonês enviou uma expedição militar à Coreia. Tal ação provocou os chineses e os russos a defender os seus interesses na região. O que se seguiu à Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-1895) e à Guerra Russo-Japonesa (1904-1905) marcou a história moderna da Coreia e do Leste Asiático (LEW, 2000, p. 20).

Como resultado das derrotas russa e chinesa, o balanço de poder na Coreia pendeu decisivamente em favor do Japão e a ordem mundial sinocêntrica, que antes dominava o Leste Asiático, teve fim. Nesse sentido, Visentini, Pereira e Melchionna (2015) ressaltam:

Encerrava-se, assim, o período de autonomia da Coreia, durante o qual suas instituições e seu modo de vida haviam sido fundamentados nas influências recebidas da China e na proteção recebida do “irmão maior” – uma vez que, predominantemente, esse país era visto mais como aliado do que como ameaça (VISENTINI; PEREIRA; MELCHIONNA, 2015, p. 32 e 33, grifo da autora).

O quinto período demarcado por Nahm (1993), portanto, viu a Coreia sob o domínio colonial japonês. O sexto e ainda mais curto período (1945-1948) foi o da ocupação dos Aliados, ao final da qual os dois Estados coreanos emergiram. Ambos os períodos serão endereçados nas seções seguintes, a começar pelo imperialismo japonês.

### **3 A experiência colonial coreana**

Após a explanação dos antecedentes coreanos e das condições em que a busca por autonomia se desenvolveu na península, é possível que as análises se encaminhem à primeira metade do século XX, período do imperialismo japonês na Coreia – fundamental para a compreensão do núcleo das motivações que desencadearam a Revolução Coreana. As imposições imperialistas e as suas consequências para os coreanos explicam as particularidades que propiciaram a ascensão do nacionalismo e do comunismo na península, além de permitirem certa modernização econômica. A colonização japonesa produziu marcas profundas na constituição produtiva e social da Coreia, aspectos igualmente

---

3 O movimento Tonghak (Estudos Orientais) surgiu na década de 1860, quando Ch'oe Che-u (1824-1864) passou a propagar suas ideias acerca da virtude da nação coreana e da igualdade entre as pessoas, combinando elementos do confucionismo, do budismo e do taoísmo (CUMINGS, 2005).

essenciais para o nascimento da divisão que prevaleceria a partir da Guerra Fria (BRITES, 2014, p. 24).

Como relata Cumings (2008), o colonialismo já foi comumente associado à construção de novas nações e à delimitação de fronteiras em territórios e povos que não apresentavam identidade cultural ou continuidade histórica. Contudo, conforme desenvolvido na seção anterior, muito antes da colonização japonesa a Coreia já apresentava certa unidade linguística e étnica, bem como fronteiras nacionais há muito reconhecidas. A anexação da Coreia pelos japoneses representou a primeira vez que a península e a sua população foram subjugadas sob domínio estrangeiro. A independência arduamente conquistada pela Coreia – que emergiu das resistências das dinastias Silla e Koguryo às pressões externas – era extinta.

O fato de que os coreanos historicamente considerarem-se os mentores culturais do Japão tornou a situação ainda mais intensa (LEW, 2000, p.23). Nesse sentido, Cumings (2005) explica que as ações coloniais japonesas sempre foram vistas pelos coreanos como ilegítimas, humilhantes e inibidoras de soberania, de independência, de modernização e, acima de tudo, da dignidade nacional coreana. Estes aspectos, aponta o autor, trouxeram intensidade peculiar ao relacionamento.

O Japão derrotou a Rússia em 1905 sob a justificativa de libertar a Coreia. A mesma justificativa foi utilizada quando o país recebeu a Coreia como seu protetorado, no mesmo ano (DUDDEN, 2005, p. 9). Como aponta Lew (2000), o Japão entrou em guerra porque objetivava ser a única potência a interferir nas questões coreanas. Em 1910, o Japão anexava a Coreia, esmagando as aspirações por independência. Ao longo do período colonial japonês (1910 – 1945), a Coreia foi controlada por um regime militar em que a população coreana não tinha proteção constitucional, sendo privada da participação política, além de sofrer com a supressão japonesa do nacionalismo coreano (NAHM, 1993).

Existem controvérsias acerca do legado do período colonial (1910-1945). Conforme Cumings (2005), a experiência colonial foi intensa e amarga. Trouxe ao mesmo tempo desenvolvimento e subdesenvolvimento, crescimento agrário e empobrecimento camponês, industrialização e deslocamentos, mobilizações políticas e desativações. Gerou também um novo papel para o Estado central, formou novos conjuntos de líderes políticos coreanos, resultou na ascensão do comunismo, do nacionalismo, da resistência armada e, acima de tudo, deixou fissuras profundas.

O período de ocupação japonesa frustrou o processo de modernização autônoma ao intervir no momento em que a Coreia estava iniciando a implementação de reformas políticas e econômicas tendo em vista as particularidades e necessidades internas. Embora as políticas japonesas tenham logrado progresso considerável em sistemas econômicos e educacionais da

Coreia durante o período colonial, os principais beneficiários foram os japoneses e um punhado de colaboradores coreanos. A maioria da população coreana foi reduzida ao empobrecimento e ao analfabetismo (LEW, 2000, p. 23). Os progressos desenvolvidos no período colonial, neste sentido, não consideraram as necessidades internas ao serem estruturados de forma a atender demandas e interesses externos.

O Japão construiu a máquina burocrática, centralizada nos padrões coloniais e enviou números significativos de colonizadores para a península – aproximadamente 700.000 até meados de 1940. Os japoneses organizaram e financiaram projetos industriais e de agricultura, além de passarem a possuir mais de 20% das terras aráveis da Coreia. O Banco da Coreia realizava a função de banco central, regulando taxas de juros e concedendo crédito a empresas e empreendedores – de origem japonesa, na maior parte. Órgãos judiciais centrais criaram novas leis estabelecendo um sistema legalizado de discriminação racial contra os coreanos, que tornaram-se cidadãos de segunda classe dentro do seu próprio país (CUMINGS, 2008, p. 30 e 31).

Empresas e conglomerados – incluindo os impérios empresariais *zaibatsu*, como Mitsubishi e Mitsui – construíram ferrovias, portos e fábricas modernas, transformando a Coreia. O Japão exerceu um colonialismo forte, arquitetônico e centralizado, em que o planejador/administrador era o modelo para as transformações realizadas. Politicamente, como explana Cumings (2008), os coreanos mal podiam respirar, porém economicamente houve significativo – ainda que desigualmente distribuído – crescimento.

Os japoneses estabeleceram uma divisão de trabalho regional que, segundo Visentini, Pereira e Melchionna (2015), teve impacto relevante no desenvolvimento futuro das duas Coreias. Assim, enquanto o norte concentrava a indústria pesada e as atividades de mineração, o sul produzia os alimentos e os bens de consumo. Tal divisão era fruto dos contrastes geográficos e da disposição de recursos naturais na península – sendo o norte montanhoso, rico em recursos minerais e com grande potencial hidrelétrico, porém com reduzido espaço de terras férteis; e o sul apresentando predomínio de planícies, grande quantidade de terras férteis e o dobro da população.

Apesar da maior parte dos benefícios desse crescimento não permanecer na península, Cumings (2008) aponta que os legados deste período, entre eles a centralidade; as burocracias múltiplas; a política de orientação administrativa da economia; os financiamentos estatais para novas indústrias e a repressão, forneceram um modelo para a industrialização que influenciou os caminhos de desenvolvimento das Coreias nas décadas seguintes.

Em suas análises, Gil (1979) ressalta que o sistema econômico implementado pelos japoneses se desenvolveu em prejuízo do curso natural

de desenvolvimento do capitalismo coreano. As políticas japonesas teriam bloqueado o curso que as reformas coreanas tomariam e converteu a Coreia em uma sociedade semi-feudal. As elites *yangban* e os círculos feudais vigentes empregaram esforços significativos para evitar que as relações feudais fossem quebradas. Neste contexto, movimentos político-sociais contra o sistema feudal e a dominação japonesa, ganharam força.

### **3.1 Nacionalismo, comunismo e os movimentos de libertação nacional**

A dominação japonesa exerceu influência decisiva na construção histórica da Coreia. Este período marca o surgimento de um movimento nacionalista e a emergência de lideranças políticas civis. A luta anticolonialista estabelece as bases políticas e sociais que irão moldar a Coreia após 1945. No contexto da luta pela libertação nacional originam-se as lideranças que viriam a ser fundamentais nos desdobramentos do pós-Segunda Guerra Mundial: o cerne do vindouro Partido dos Trabalhadores Coreanos – que depois controlaria a Coreia do Norte –, e no exílio, o ativista político Syngman Rhee – que dirigiria a Coreia do Sul (BRITES, 2014, p. 24 e 25).

Os movimentos sociais coreanos, segundo Gil (1979) têm suas origens nas complicadas relações socioeconômicas da Coreia no início do século XX – sendo o a ocupação imperialista japonesa o principal fator determinante da situação socioeconômica. Os sentimentos antijaponês e antifeudal das massas camponesas – que representaram parte ativa no processo de resistência ao imperialismo – cresceram rapidamente em resultado da opressão e da exploração que marcam este período. A posição antijaponesa, que percorria os diferentes estratos e classes sociais, proporcionou um terreno fértil para o que mais tarde viria a ser uma vigorosa luta pela libertação nacional.

Durante a primeira década de dominação, devido às resistências acentuadas à sua ascensão ao poder entre 1905 e 1910, o Japão adotou uma política militar de mão-firme, pouco tolerante, com o governo constantemente exercendo controle, autoridade e coerção através de políticas implementadas de cima para baixo (*budan seiji*). Em 1919 surgem os primeiros movimentos de independência, sob influência dos discursos de autodeterminação dos povos do presidente estadunidense Woodrow Wilson. Segundo Nahm (1993), mais de dois milhões de coreanos participaram das manifestações, Cumings (2005) ressalta o surgimento de convulsões em mais de seiscentos pontos diferentes da península coreana.

Os movimentos foram fortemente reprimidos com o auxílio do exército e da marinha. Contudo, os métodos de repressão japoneses iam contra as disposições pós-Primeira Guerra Mundial e o Japão, sofrendo pressões e reprovações internacionais, lançou uma nova política cultural (*bunka seiji*). A



nova política flexibilizava relativamente o autoritarismo e funcionaria como um período de tutoria para uma distante independência coreana (CUMINGS, 2005; DUDDEN, 2005). A nova política, aponta Cumings (2005), inaugurou um período de resistência gradualista ao colonialismo, em que os coreanos aproveitaram o relaxamento das restrições das liberdades de expressão e de reunião, para organizar uma variedade de grupos nacionalistas, socialistas e comunistas – alguns abertamente, outros clandestinamente. Nessa fase, ressaltam Visentini, Pereira e Melchionna (2015):

[...] houve certa polarização político-ideológica entre os movimentos de independência que emergiram no país e passaram a disputar adeptos. Os liberais nacionalistas eram favorecidos por sua associação com os ideais de autodeterminação dos Quatorze Pontos do presidente Wilson, mas tinham sua ação limitada por sua estreita base social dentro da Coreia e pela falta de interesse dos EUA na independência coreana. E os socialistas, que não deixavam de ser também nacionalistas em sua vontade de expulsar os japoneses – tinham a vantagem de sofrer forte perseguição da polícia japonesa e a vantagem de uma base popular potencialmente ampla (VISENTINI; PEREIRA; MELCHIONNA, 2015, p. 37, grifo da autora).

A polarização também se estruturou no âmbito geográfico, conforme resalta Armstrong (2003). O Norte da península foi marginalizado econômica, política e socialmente por séculos – além de serem conhecidos por seus elementos de resistência e da sua reduzida participação agrícola em razão do terreno irregular e curta temporada de cultivo.

Conforme Gil (1979), antes da ascensão do movimento comunista, a luta pela libertação nacional era travada principalmente sob influência do nacionalismo. Contudo, apesar da sua considerável influência sobre o povo coreano, o nacionalismo não refletia adequadamente os interesses da população e não foi capaz de conduzir a luta pela libertação à vitória. Após as revoltas de 1919, conhecidas como Movimento 1º de Março, iniciou-se o processo gradual de desintegração das forças nacionalistas coreanas. O movimento comunista, ao contrário, ascendeu na luta pela libertação nacional e realizou rápidos avanços. Nesse sentido, Visentini, Pereira e Melchionna (2015) ressaltam que, por conta de sua própria disciplina, da desintegração dos demais movimentos de resistência e da influência da Revolução Soviética (1917) e do Partido Comunista da China, foram os comunistas que lograram orientar o movimento de libertação nacional coreano.

As lideranças dos movimentos de libertação nacional comunistas, tendo passado tempo considerável na URSS, foram influenciados por seus ideais. A China, além de compartilhar laços históricos mais íntimos com a Coreia, está fortemente atrelada à introdução e propagação das ideologias marxistas na península. Muitas das figuras políticas da Coreia do Norte, entre elas Kim Il Sung,

havia sido membros do Partido Comunista Chinês, além de serem associados à Revolução Chinesa de 1949 (ARMSTRONG, 2003, p.1). Conforme explana Cumings (2005), militantes coreanos na China e na União Soviética fundaram os primeiros grupos de resistência nacionalistas e comunistas. Em 1925, o Partido Comunista Coreano (PCC) foi fundado por Pak Hon-yong. No mesmo período os nacionalistas fundaram o Governo Provisional Coreano (GPC) – no exílio, em Shanghai – o qual incluía, entre seus membros, Syngman Rhee, futuro presidente da Coreia do Sul.

Em 1931, quando o Japão invade e anexa a Manchúria, emerge uma guerrilha conjunta entre chineses e coreanos. É nesta conjuntura que Kim Il Sung emerge, como importante líder guerrilheiro, em meados da década de 1930. Tais eventos, conforme Cumings (2005), são importantes para a compreensão da Coreia após a divisão da península. A resistência aos japoneses é a principal doutrina de legitimação da Coreia do Norte – os norte-coreanos associam a origem do exército, da liderança e da sua ideologia a este momento fundador. Ainda hoje a liderança norte-coreana inclui líderes que lutaram contra os japoneses na Manchúria.

Embora não existisse ainda um Estado Coreano, a questão da autonomia nacional já despontava como principal objetivo dos movimentos de libertação nacional. A busca pela autonomia ganhava impulso renovado através do sentimento anti-imperialista e antijaponês (VISENTINI; PEREIRA; MELCHIONNA, 2015, p. 46). Nesse sentido, o movimento comunista estava intimamente associado ao anticolonialismo, sendo visto como a melhor opção para os problemas resultantes da subordinação colonial – e não como um fim em si mesmo. O comunismo, na Coreia, foi absorvido, transformado e adaptado à estrutura hierárquica e aos valores confucionistas, que datam da dinastia Choson (ARMSTRONG, 2003).

Após a análise da ascensão do nacionalismo e do comunismo na Coreia, em um contexto de décadas de dominação e exploração durante o colonialismo japonês, é possível que se compreenda a formação da identidade nacional coreana, ligada ao ressentimento anti-japonês e anticolonial. A partir da explanação do *ethos* da Revolução Coreana, que se encontra na luta pela autonomia e pela libertação nacional, parte-se para a análise da divisão da península e a consequente formação de dois sistemas opostos, conforme é abordado na seção seguinte.

#### **4 A divisão da península e a formação das RDC e RPDC**

Conforme desenvolvido na seção anterior, desde a anexação da Coreia pelo Japão, o anticolonialismo e a luta pela libertação nacional estavam, em diferentes momentos e níveis, no cerne do sentimento nacional e da identidade coreana. Após décadas de ocupação japonesa, o desfecho da Segunda Guerra

Mundial e o colapso do Império Japonês em 1945, trouxe a perspectiva de libertação tão almejada. Contudo, os esforços coreanos de reconstrução nacional são frustrados pela divisão arbitrária da península. A presente seção aborda os desdobramentos pós-Segunda Guerra, a conseqüente divisão da península e a formação dos dois Estados coreanos.

Como elabora Cumings (2005), o período entre 1943 e 1953 foi o ponto alto da divisão e oposição entre Estados que permanece na península coreana da atualidade – a compreensão da situação política atual da Coreia passa pela análise dos eventos desta década. Este foi o cenário e o terreno fértil da divisão das duas Coreias, de uma guerra catastrófica e de uma reordenação da política internacional no Nordeste Asiático.

Em 1943, na Conferência de Cairo, Estados Unidos, China e Reino Unido definiram que, cientes da exploração dos coreanos pelos japoneses, no devido tempo, a Coreia deveria tornar-se independente (NAHM, 1993) – excluindo assim a península das negociações de divisão das zonas de ocupação entre os Aliados. Conforme a Segunda Guerra seguia, as preocupações sobre o futuro das estruturas internas da Coreia foram substituídas pelo receio acerca das forças externas que poderiam definir o futuro da península (HASTINGS, 1987, p.26). A Declaração de Cairo estabeleceu uma espécie de tutoria para a Coreia, sendo que as disputas internas, travadas durante esse período de transição, acabaram representando as razões pelas quais a Guerra da Coreia eclodiu cerca de uma década mais tarde. Em 1945, tal como acordado em Yalta, a URSS declarou Guerra ao Japão, inundando a Coreia de tropas soviéticas e ocupando a maior parte da metade norte da península (NAHM, 1993).

Na visão dos estadunidenses, a ocupação soviética da Coreia criaria uma situação estratégica inteiramente nova no Extremo Oriente (ARMSTRONG, 1987, p. 26). Neste contexto – e apenas um dia após o bombardeio de Nagasaki – os Estados Unidos decidiram participar da ocupação da Coreia. Ao analisar o mapa da região, os dois oficiais estadunidenses incumbidos de elaborar as ordens para o comitê de Washington observaram que o paralelo 38° percorria amplamente o centro da península. Ao sul desta linha encontravam-se as melhores terras agriculturáveis, a capital, além de mais da metade da população. Os soviéticos aceitaram o paralelo 38° enquanto limite para o avanço de suas tropas. O paralelo foi então utilizado como linha demarcatória para a ocupação dos EUA (sul) e da URSS (norte) (HASTINGS, 1987, p. 27).

A libertação repentina do colonialismo japonês em 1945 criou espaço para diferentes vozes e aspirações políticas reivindicarem a representação da sociedade coreana. Dias após a libertação, a euforia e o caos iniciais eram substituídos por tentativas de imposição de novas formas de ordem em diferentes níveis. Essas tentativas de reorganizar a sociedade coreana continuaram durante a égide

das autoridades de ocupação soviéticas e estadunidenses, o que gradualmente solidificaria os dois Estados opostos ao longo da divisão artificial do paralelo 38° (ARMSTRONG, 2003, p. 47). Segundo Cumings (2005), organizações locais emergiram também no campo, onde ficaram conhecidas, genericamente, como Comitês Populares. Enquanto que os soviéticos reconheceram e apoiaram a rede de comitês ao norte, no sul, os comitês foram desmantelados pela ocupação dos EUA.

Em dezembro de 1945, os ministros das relações exteriores dos EUA, da China e da URSS reuniram-se em Moscou e adotaram o Acordo de Moscou, o qual determinava o estabelecimento de uma administração conjunta, entre EUA e URSS, para a Coreia. Tal acordo inauguraria uma nação independente, em consulta com os líderes coreanos, teria duração máxima de cinco anos e prepararia a Coreia para a independência sob um Estado unificado (NAHM, 2003). Para Cumings (2005), o acordo também é relevante por eliminar as influências do Reino Unido e da China, ao mesmo tempo em que sugeria que as duas superpotências poderiam enfim concordar sobre o processo de reunificação da Coreia.

No entanto, Cumings (2005) argumenta que a essa altura as forças de ocupação de ambos os lados já haviam identificado seus aliados políticos na península. Enquanto os soviéticos favoreciam Kim Il Sung e os comitês populares, os estadunidenses opunham-se aos comitês e apoiavam Syngman Rhee, líder do conservador Partido Democrático Coreano (PDC) e com discurso anti-soviético (HASTINGS, 1987, p. 33). Segundo Cumings (2005), Syngman Rhee e Kim Il Sung logo se tornaram as figuras políticas dominantes das duas zonas. O primeiro havia vivido nos Estados Unidos por quase quatro décadas e apresentava convicções antijaponesas e anticomunistas. O segundo havia sido uma das figuras de maior destaque na resistência armada na Manchúria e tinha convicções nacionalistas e comunistas. Embora ambos contassem com o apoio da sua respectiva superpotência, não eram personalidades maleáveis ou facilmente influenciáveis, mantendo-se fiéis aos seus grupos políticos. Conforme Visentini, Pereira e Melchionna (2015):

Ao contrário de Rhee, porém, que fora escolhido a dedo pelos EUA, Kim Il Sung emergiu como principal liderança comunista dos guerrilheiros machurianos, os quais se converteriam no núcleo da hierarquia norte-coreana, demonstrando-lhe extrema lealdade até o fim de suas vidas (VISENTINI; PEREIRA; MELCHIONNA, 2015, p.48, grifo da autora).

Diferentemente da firme autoridade exercida pelos EUA no sul da península entre agosto de 1945 e janeiro de 1946, os soviéticos não chegaram a estabelecer nenhum tipo de administração central, mas sim um governo

provisório misto, no qual a Administração Civil Soviética (ACS) – criada em agosto de 1945 – coordenava-se com os Comitês Populares. Em 1945, o norte da península estava dividido entre três forças políticas predominantes e divergentes: os comunistas, os cristãos nacionalistas e os seguidores da religião nativa Ch'ondogyo. O movimento comunista – cuja origem está na guerrilha anti-japonesa – estava dividido, de modo geral em duas linhas: os ortodoxos leninistas, que enfatizavam a importância do proletariado e da luta de classes para a revolução; e os maoistas nacionalistas, que enfatizavam o nacionalismo e a aliança com vários segmentos sociais como forma de ampliar a base social do movimento (VISENTINI; PEREIRA; MELCHIONNA, 2015).

Em agosto de 1946, a partir do ganho de força das ideias de Kim Il Sung, o Partido Comunista Coreano e o Novo Partido Popular Coreano se fundiram. Formaram assim o Partido dos Trabalhadores da Coreia do Norte. O poderoso partido, com base nas massas, se consolidava e dava início à disciplina de ferro, de Kim Il Sung (ARMSTRONG, 2003, p. 66).

Como elaborado por Nahm (1993), percebendo que o estabelecimento da unidade e de um governo nacional coreanos através da comissão conjunta era uma possibilidade remota, as autoridades de ocupação dos Estados Unidos passaram a buscar uma “coreanização” do governo militar estadunidense. Em julho de 1947 o Governo Provisório da Coreia do Sul foi criado para auxiliar a administração militar dos Estados Unidos. O estabelecimento de organizações oficiais ao sul se deu em ritmo acelerado. Embora a proclamação da República da Coreia somente tenha acontecido em agosto de 1948 – sob a liderança de Rhee – o seu sistema político foi construído já nos primeiros meses da ocupação e não sofreu mudanças substanciais até a década de 1960.

Enquanto isso, no norte, era estabelecida a República Popular Democrática da Coreia, sob o regime de Kim Il Sung, que passou a implementar diversas medidas econômicas para socializar a Coreia do Norte. As reformas democratizantes incluíam a reforma agrária, novas leis trabalhistas, a legalização da igualdade entre os sexos e a nacionalização das grandes indústrias. A administração soviética passou a funcionar apenas como órgão consultivo (ARMSTRONG, 2003).

Como ressaltado por Nahm (1993), os regimes rivais na Coreia dividida realizaram reivindicações conflitantes acerca da legitimidade política, declarando que a península coreana inteira formava o seu território. Enquanto a Coreia do Sul justificava as suas reivindicações declarando que havia sido estabelecida pela maioria do povo coreano, a Coreia do Norte reivindicava que havia sido inaugurada com o apoio de todo o povo coreano – considerando o histórico de luta nacional contra o colonialismo japonês. É neste contexto que tem início a Guerra da Coreia, abordada na seção seguinte.

## **6 A Guerra da Coreia (1950-1953)**

Apesar de resultar na morte de mais de um milhão de coreanos e de aproximadamente 142.000 soldados da Organização das Nações Unidas (ONU), a Guerra da Coreia é um dos conflitos mais negligenciados pela literatura (HASTINGS, 1987). A guerra, fundamentalmente coreana e com raízes históricas, é comumente interpretada como sendo um conflito encapsulado e discreto, com início em 1950 e desfecho em 1953 (CUMINGS, 2008). Por décadas, as origens da Guerra da Coreia eram desconhecidas e contestadas, sendo que apenas nos anos de 1970 e 1980 alguns acadêmicos reexaminaram o conflito, identificando-o como sendo essencialmente uma guerra civil, que se tornou internacionalizada através da intervenção dos EUA (ARMSTRONG, 2013).

Como ressalta Cumings (2004), a Guerra da Coreia ultrapassa a lógica da Guerra Fria e representa não apenas uma guerra civil, mas também uma guerra entre dois sistemas econômicos e sociais conflitantes. É precisamente este conflito que continua em curso na atualidade, com os EUA despendendo os recursos necessários para manter o sistema econômico ao sul, e o norte – que perdeu o apoio soviético após 1991 –, com concepções econômicas completamente diferentes, representando um regime alternativo ao sul. A longevidade do conflito encontra a sua razão na natureza essencial da Guerra da Coreia – um conflito interno, travada pelos coreanos, para os objetivos coreanos.

A guerra começou oficialmente em julho de 1950, quando, com o objetivo de reunificar a península sob um sistema comunista (FRENCH, 2005, p. 53), o Exército Popular da Coreia atacou a Coreia do Sul a sudoeste do paralelo 38°, na península de Ongjin. Esta invasão, contudo, estava longe de ser o primeiro confronto armado entre o norte e as forças militares sul-coreanas. Iniciada por ambos os lados, a luta já era intensa ao longo do paralelo 38° havia mais de um ano – incluindo, particularmente, as batalhas na península de Ongjin em 1949 (ARMSTRONG, 2013, p.10). Segundo Cumings (2005), a Coreia do Sul havia lançado uma série de incursões em todo o paralelo antes do verão de 1949, sendo que a mais importante aconteceu em Kaesong, em maio de 1949, através de combates iniciados pelo sul.

Os Estados Unidos e a ONU rapidamente condenaram a invasão norte-coreana de julho de 1950. Através da Resolução 82 a ONU exigia a retirada das tropas de Kim Il Sung ao sul do paralelo 38° (HASTINGS, 1987), organizava as forças compostas por tropas das nações-membro e as enviava para a Coreia do Sul (NAHM, 1993). Como ressalta Cumings (2005), o papel da ONU neste contexto era apenas de ratificar as decisões já tomadas pelos EUA.

Em um primeiro momento, o exército norte-coreano ocupou a maior parte da Coreia do Sul, empurrando as forças do sul com sucesso e encurralando-as em Busan, no sudeste da península, além de ter tomado Seul. Após a chegada

das tropas e a formação do Comando da ONU sob a liderança do general Douglas MacArthur, as forças ocidentais lançaram um contra-ataque e reverteram a série de vitórias que o norte vinha obtendo. Após recuperar Seul, as tropas da ONU avançaram ao norte do paralelo 38°, tomando Pyongyang e aproximando-se da fronteira chinesa, no rio Yalu (NAHM, 1993).

Neste contexto se dá a entrada do Exército Chinês de Libertação Popular no conflito, forçando a evacuação das tropas sul-coreanas a partir do norte. Como aborda Nahm (1993), mais de um milhão de soldados chineses participaram, além de pilotos soviéticos que prestaram auxílio travando batalhas aéreas e provocando uma série de derrotas ao sul. Após as forças da ONU contra-atacarem e retomarem Seul, um impasse foi alcançado próximo ao paralelo 38°, em um momento de poucos avanços que culminaria na assinatura do armistício de julho de 1953, entre o Comando da ONU, os norte-coreanos e os chineses. Embora o governo sul-coreano tenha se recusado a assinar o armistício, a linha militarmente demarcada se tornou o novo limite entre a Coreia do Norte e a Coreia do Sul, com uma zona desmilitarizada estreita, de 4 km, separando os dois Estados.

Quando a guerra finalmente terminou, o norte havia sido devastado, após três anos de bombardeios que não deixaram praticamente nenhum edifício em pé. Ambas as Coreias depararam-se com o massacre que varrera a península e transformaram as expectativas vibrantes de 1945 em um pesadelo. A verdadeira tragédia não estava na guerra propriamente dita, mas no fato de que a guerra não trouxe solução alguma, restaurando apenas o *status quo* anterior, através do armistício de julho de 1953 (CUMINGS, 2005). O desfecho da Guerra da Coreia marcou a divisão permanente da península e o armistício de julho de 1953 não estabeleceu a paz definitiva.

As duas Coreias enfrentaram, então, as consequências imediatas da guerra. No sul a ditadura policial e anticomunista de Rhee foi consolidada – e somente teve fim em 1960, com a sua deposição. Ao norte, onde a reconstrução econômica foi muito mais acelerada, Kim Il Sung se fortalecia no poder. As aspirações que deram origem à Revolução Coreana permaneceram presentes na dinâmica da península coreana e permeiam a atual estratégia de política externa da Coreia do Norte. A memória da experiência traumática da invasão japonesa e a antiga busca pela libertação do colonialismo converteram-se no objetivo contemporâneo de restringir as intervenções e influências estrangeiras na Coreia do Norte. Assim fundamenta-se o emprego norte-coreano de uma diplomacia baseada nos preceitos de autonomia nacional, autossuficiência e independência nos âmbitos político, econômico e ideológico – a chamada ideologia *Zuche* (VISENTINI; PEREIRA; MELCHIONNA, 2015).

## 5 Considerações finais

A Revolução Coreana apresenta premissas que remontam à formação do sentimento nacional coreano, constituído a partir da necessidade de proteger a península de invasões externas, séculos antes da colonização japonesa. A preexistência de certa unidade nacional na Coreia tornou as percepções acerca do colonialismo japonês ainda mais intensas. As perspectivas de independência e autonomia nacional – que cresceram a partir da queda do Império do Japão em 1945 – foram dissipadas quando da divisão arbitrária da península e da posterior ocupação das duas superpotências da Guerra Fria: URSS e EUA. É neste contexto que têm início uma série de provocações e ataques, ao longo do paralelo 38°, entre o sul e o norte da Coreia, com ambos os lados objetivando a unificação da península, nos moldes dos seus respectivos sistemas políticos, sociais e econômicos.

O presente artigo centrou-se no estudo dos elementos que deram origem à Revolução Coreana. A partir da análise histórica da formação da Coreia e dos impactos da dominação japonesa, é possível identificar o anticolonialismo e a luta pela libertação nacional como aspectos essenciais da identidade nacional coreana. A partir desta concepção é importante esclarecer que as motivações que culminaram na Revolução Coreana estavam presentes em toda a península, representando um fenômeno nacional de busca por autonomia e independência. A luta pela independência e pela unificação coreana manteve-se durante a Guerra Fria – quando a península foi dividida entre EUA e URSS ao longo do paralelo 38° e ocupada por tropas das duas superpotências.

A Revolução Coreana, assim, representou fundamentalmente um conflito entre dois sistemas conflitantes e divididos geograficamente. As origens do conflito estão fortemente ligadas à identidade nacional coreana, baseada na busca por autonomia e independência, que atravessou séculos e culminou na Guerra da Coreia. O colonialismo japonês representa, nesse sentido, o principal responsável pelo início das lutas pela libertação nacional, que basearam-se nos ideários nacionalistas e comunistas. Embora a guerra tenha acabado com a assinatura do armistício de julho de 1953, a paz nunca foi restaurada na península. O *ethos* da Revolução seguiu vivo, portanto, na Coreia do Norte, que preservou os seus preceitos básicos, e marca as tensões entre as duas Coreias até a atualidade.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARMSTRONG, Charles K. **The North Korean Revolution, 1945-1950**. London: Cornell University Press, 2003.

ARMSTRONG, Charles K. **Tyranny of the weak: North Korea and the world, 1950-1992**. Ithaca: Cornell University Press, 2013.

BRITES, Pedro V.P. **A crise na península coreana e a segurança regional do leste asiático**. 2014. 165 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

CUMINGS, Bruce. **North Korea: another country**. New York: The New Press, 2004.

CUMINGS, Bruce. **Korea's place in the sun: a modern history**. New York: Norton & Company, 2005.

CUMINGS, Bruce. The origins of the Korean nation. In: WORDEN, R.L. (Org.). **North Korea: a country study**. Washington: Library of Congress, 2008.

DUDDEN, Alexis. **Japan's colonization of Korea: Discourse and Power**. Honolulu: University of Hawaii, 2005.

EDWARDS, Paul M. **Historical dictionary of the Korean War**. Maryland: Scarecrow Press, 2010.

FRENCH, Paul. **North Korea: the paranoid peninsula**. London: Zed Books, 2005.

GIL, Kimhan. **Modern History of Korea**. Pyongyang: Foreign Languages Publishing House, 1979.

HASTINGS, Max. **The Korean War**. New York: Simon & Schuster Paperbacks, 1987.

LEW, Young Ick. **A brief history of Korea: a bird's eye view**. New York: The Korea Society, 2000.

NAHM, Andrew C. **Historical Dictionary of the Republic of Korea**. Metuchen: Scarecrow Press, 1993.

VISENTINI, Paulo G. F; PEREIRA, Analúcia D; MELCHIONNA, Helena H. **A Revolução Coreana: o desconhecido socialismo Zuche**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

Recebido em fevereiro de 2017.

Aprovado em março de 2107.